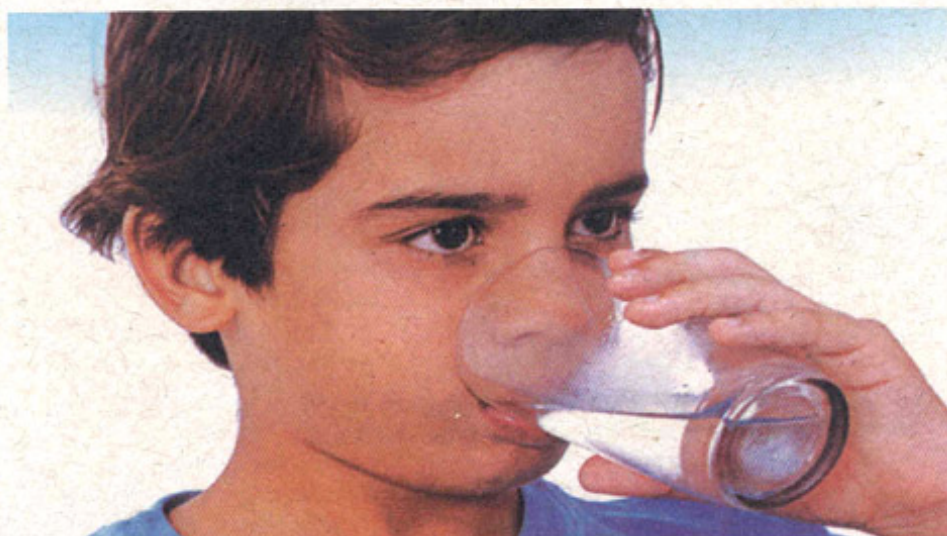


"Quando o assunto é água, não há vencedores nem perdedores. Compartilhar é o segredo".

Andras Szöllösi - Nagy

EVOLUÇÃO ACOMPANHA CRESCIMENTO



Água em quantidade e qualidade para todos é o grande desafio

Após 10 anos de criação, o CEIVAP mostra toda sua disposição e juventude. Abre espaços, quebra paradigmas e se reinventa, pioneiro, a cada novo desafio enfrentado.

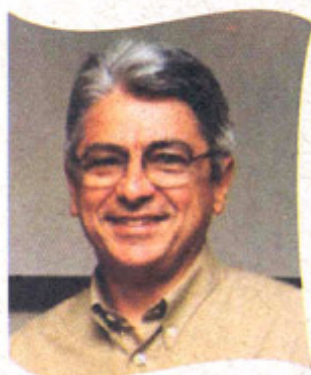
Instituiu a primeira agência de bacia e é o primeiro comitê a investir recursos da cobrança pelo uso da água para conseguir mais dinheiro para a revitalização da bacia. Primeiro lugar no processo seletivo do Programa de Despoluição de Bacias da Agência Nacional de Águas – PRODES/ANA – o CEIVAP comprova que é necessária dedicação conjunta de usuários, sociedade civil e governo para que os resultados

em quantidade e qualidade das águas sejam visíveis aos moradores da bacia.

São igualmente fundamentais os esforços coletivos para que se estabeleça harmonia entre as diversas instâncias de poder e decisão com atuação na mesma bacia hidrográfica, seja em águas de domínio da União como nos domínios dos estados da federação. Ai também, mais uma vez o CEIVAP dá o exemplo. Descentralizando na prática a gestão das águas, fortalece ainda mais o poder do Comitê de Integração. Isso é mudança, é evolução, acompanhando os novos tempos.

E MAIS+

- Apoio do CEIVAP contribui para participação do Paraíba do Sul no Programa de Despoluição de Bacias. [página 4]
- CEIVAP/AGEVAP e organismos de bacia buscam práticas de articulação institucional e traçam diretrizes para melhoria no relacionamento entre si. [página 6]
- CEIVAP/AGEVAP busca mais agilidade e eficiência no Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da bacia através de Planejamento Estratégico. [página 8]



Lamento de um barrageiro juramentado

* Por Manoel Otoni Neiva

Mineiro do Vale do Jequitinhonha, tive na infância uma relação conflituosa com a água, como todos do Vale. Na seca, orações, preces e até penitências para chover; na estação chuvosa a reza era para parar de chover, pelos incômodos trazidos pelo excesso de chuvas que faziam transbordar rios, tornando intransitáveis as rodovias já precárias.

Mas foi justamente tal conflito que despertou em mim o fascínio pela força da água e o seu domínio em benefício da sociedade. Justamente quando o governo JK se empenhava na construção das grandes hidrelétricas Três Marias e Furnas e eu concluía o segundo grau, veio a escolha da minha carreira profissional. A graduação em Engenharia Elétrica se deu em meados da década de 60. Logo me vi integrando equipes técnicas responsáveis por levar energia elétrica aos locais mais recônditos do país. Éramos recebidos pelas comunidades com festas e honras de heróis, "os soldados da luz", como éramos chamados por levar progresso, conforto e desenvolvimento para o interior. A construção de usinas despertava grande rivalidade entre os municípios, cada um querendo o privilégio de abrigar o maior número de instalações e oferecendo vantagens para isso.

A situação perdurou nos anos seguintes, enquanto se considerou que os benefícios das grandes hidrelétricas superavam em muito seus impactos ao meio ambiente.

Na década de 80 o clamor da sociedade pela preservação ambiental fez surgir a legislação no país, mas antes disso, já na década de 70, por influência internacional pelo desenvolvimento sustentável, hidrelétricas incorporaram voluntariamente preocupações ambientais, como a PCH – Pequena Central Hidrelétrica – do Glória, construída pela Cataguazes-Leopoldina no início da década de 80, primeira do país depois do boom das mega UHEs – Usinas Hidrelétricas construídas pelo poder público.

As primeiras leis ambientais para o setor elé-

trico chegaram numa avalanche de exigências e superposições de órgãos fiscalizadores, criando impasses e entraves intransponíveis para as liberações ambientais por excesso de leis, falta de experiência e estrutura técnica qualificada das autoridades e empresas de consultoria.

As UHEs passaram a ser a "Geni" do setor energético nacional e os barrageiros, antes os "soldados da luz", passaram a ser os "soldados do demo" que só destruíam o meio ambiente.

Os legisladores não produziram leis sensatas que introduzissem paulatinamente preocupações com o meio ambiente no entorno dos empreendimentos; pelo contrário, leis severas e punitivas com o setor produtivo, como que punindo a geração atual pelos crimes ambientais cometidos nos 500 anos da nossa história.

O desfecho é de conhecimento de todos e culminou com o último leilão de energia nova, no qual só compareceram usinas térmicas a óleo combustível, comentado com profundo sentido de dor e perda pelo presidente da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelman: "O resultado é negativo ao meio ambiente e reflete o que o país plantou ao não trabalhar para que as hidrelétricas saíssem mais rapidamente". Ele mesmo apresentou uma proposta ao governo para vencer a resistência da área ambiental nos projetos das hidrelétricas do rio Madeira: criar uma comissão de alto nível, indicada pelo Presidente da República para decidir em favor do interesse nacional. Nem o meio ambiente nem os desenvolvimentistas deveriam ter isoladamente, a autoridade para decidir, cada um faria seus estudos e os encaminharia à Presidência da República. Sugestão inteligente, salomônica de um alto executivo federal que lamentavelmente não recebeu apoio dos seus superiores que, como tem sido habitual, resolveram "deixar como está para ver como fica". O que ficou se expressa na manifestação de outro executivo federal, Maurício Tolmasquim, presidente da EPE – Empresa de Pesquisa

Energética do Ministério de Minas e Energia: "o leilão foi um sucesso absoluto, pois contratou 101,8% do previsto pelas distribuidoras."! O resultado, saudado efusivamente pela EPE, não considera os prejuízos ao meio ambiente, que segundo a ANEEL, corresponderão a jogar no ar 8,975 milhões de toneladas de gás carbônico. E o presidente da EPE considera isso um sucesso!!!...

Sucesso para quem? Só pode ser para os fabricantes estrangeiros dos equipamentos, pela geração de empregos e riqueza em seus países de origem, já que não são fabricados no Brasil, e para produtores de óleo combustível que vão vender sua produção excedente a um preço maior do que praticam hoje com exportação!...



Nenhuma vantagem para o nosso meio ambiente nem para o Brasil, que privado de produzir equipamentos de pleno domínio de suas indústrias e de aproveitar o seu rico potencial hidrelétrico, do qual só 30% são atualmente explorados, quando países de primeiro mundo que ditam normas ambientais, já exploraram todo ou quase todo o seu, como França e Alemanha com 100% e 80%, respectivamente. Cadê a lógica dos ambientalistas? Das autoridades responsáveis pelo desenvolvimento sustentável do país? Com a palavra, o embaixador Sérgio Serra, autoridade máxima do Governo Federal para as mudanças climáticas, e o físico Luiz Pinguelli Rosa, presidente do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Onde está o Ministério Público, tão presente na defesa do Meio Ambiente, que não entra com uma ação para anular esse leilão? E a EPE, que deveria ser um contraponto do setor produtivo na análise dos projetos energéticos do país, se deixa dominar pelos ambientalistas e se submete à sua orientação, aceita analisar só os impactos negativos dos barramentos hidrelétricos, como vimos nos recentes seminários organizados pela EPE para avaliar os impactos cumulativos e sinérgicos da AAI – Análise

Ambiental Integrada – das bacias dos rios Doce e Paraíba do Sul. Análise ambiental já não basta, o mote agora é a AAI, onde todos os impactos e reflexos negativos de um barramento são dissecados; impactos cumulativos e sinérgicos onde só contam os resultados negativos e se omitem os positivos, à exceção da compensação financeira paga pelas UHEs, como se fosse o único e exclusivo. A riqueza gerada na região, a regularização das vazões, o uso múltiplo das represas, o benefício para o lazer e o turismo, o apoio e os investimentos na região em benefício das políticas públicas de saúde, educação, segurança e infra-estrutura, nada conta. E as PCHs, que não pagam compensação financeira, essas não trazem nenhum benefício?!!!

Uma rápida visita à região da Zona da Mata de Minas, onde nos últimos anos foram construídas cinco novas PCHs, vai mostrar uma realidade bem diferente.

A EPE aceita tudo passivamente. Não defende o interesse das empresas do seu setor, que têm tudo documentado e dimensionado para enriquecer as da AAI. O resultado do leilão de energia nova não poderia ser outro.

É nesse contexto que saúdo a decisão do governador Aécio Neves ao lançar seu Programa de Geração Hidroelétrica (PGH-MG) 2007-2027, a ser definido pela AAE – Avaliação Ambiental Estratégica, que vai apontar as alternativas prioritárias dos arranjos dos empreendimentos, maximizando os benefícios e minimizando os efeitos adversos das 45 UHEs e 335 PCHs no contexto de política energética do estado. As diretrizes do programa estão definidas, oferta de energia com taxa de elasticidade de 40% em relação ao PIB estadual, isto é, se o PIB crescer 4%, a oferta de energia do estado deve crescer 5,6%, sempre 40% acima do PIB. O potencial de eletricidade do estado é extraordinário e deve ser explorado ao máximo, e se a AA de uma usina hidrelétrica se mostrar desfavorável, terá que ser confrontada com os efeitos negativos de fontes de energia alternativas propostas para substituir o empreendimento condenado. Com isso o Governo de Minas vai evitar o fiasco do último leilão de energia nova do Governo Federal. Decisão inteligente, pró-ativa, própria dos grandes administradores. É tudo que pediu o Dr. Jerson Kelman, é tudo que faria JK, o visionário, grande estadista, o médico tocador de obras, promotor do desenvolvimento, o BARRAGEIRO JUSCELINO KUBISTCHEK.

* Engenheiro, aposentado, 40 anos no setor elétrico, Cemig, Copel e CFL-CL. Hoje: presidente do CBH-COMPÉ (CBH dos rios Pomba e Muriaé)